

Projeto prevê recriação do DEP em Porto Alegre

Proposta foi entregue pela bancada petista no início desta semana

/ SANEAMENTO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Em poucos momentos da bicentenária história porto-alegrense falou-se tanto sobre o sistema de proteção contra enchentes da cidade quanto em 2024. Ainda assombrada pela cheia histórica de maio, a capital gaúcha tem, desde aquele momento, concentrado esforços na prevenção de novos eventos semelhantes. Nesse sentido, a Bancada do PT na Câmara Municipal entregou, na última segunda-feira, um projeto de lei (PL) que visa recriar o Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), extinto em 2017 pelo então prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB). Sua nova versão seria nomeada de Secretaria de Drenagem e Estruturas de Proteção.

“Em 1973, a Lei Municipal nº 3780 oficializava a criação do DEP. Assim, passamos a ser a única capital brasileira com uma estrutura de primeiro escalão a tratar as atividades de drenagem urbana e proteção contra inundações, bem como a única que tinha sob sua execução direta todas as atividades de saneamento básico...[Porém, desde 2015, o Departamento passou a sofrer fortes restrições, sendo extinto em 2017. As manutenções nos sistemas de proteção contra cheias e de drenagem urbana passaram a ser inexistentes em alguns quesitos e insuficientes em outros”, cita o documento.

Para o ex-diretor do Departamento, Vicente José, é seguro afirmar que, caso houvessem essas manutenções de forma permanente no sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre, os estragos de maio teriam sido consideravelmente menores. Portanto, para ele, torna-se essencial levantar esse debate em um momento ainda de retomada na cidade.

“Nosso sistema é robusto. Não passa uma gota d’água pelo muro, nem pelas vias construídas com elevação. O grande problema está nas comportas que, se não passarem por revisão constante, estarão sujeitas a falhar, como ocorreu. Temos que



Órgão retomaria a fiscalização do sistema de proteção contra cheias

resolver isso agora, enquanto a memória de todos ainda está viva. Se deixar passar, é comum que tanto as pessoas quanto o governo esqueçam e não realizem as intervenções necessárias”, explica.

Além da manutenção do sistema de drenagem e de proteção contra inundações, o novo modelo proposto participaria da elaboração e aplicação de programas permanentes de educação ambiental, visando a obtenção de um município mais protegido e sustentável ambientalmente. Segundo o líder da bancada petista na Câmara Municipal, vereador Jonas Reis, a importância dessa medida está “em fazer um debate público sobre um projeto que assegure a proteção da cidade”.

O Sistema de Proteção contra Inundações da Capital compreende aproximadamente 60 km, estendendo-se desde a avenida Assis Brasil com a FreeWay (Norte) até o Morro da Assunção (Sul). Este sistema inclui os diques externos: FreeWay, Castelo Branco, avenida Beira-Rio e Diário de Notícias. Já entre a Rodoviária e a Usina do Gasômetro, encontra-se o Muro da Mauá.

Além disso, o sistema inclui diques internos, formados pelas margens elevadas a 6 metros dos principais arroios que deságuam no Guaíba, com destaque para a avenida Ipiranga (Arroio Dilúvio). As aberturas na avenida Castelo Branco e no Muro da Mauá são controladas por 14 comportas. Ao longo do Sistema, existem 23 Casas de Bombas, que também possuem comportas.

Atribuições do novo DEP

- ▶ Monitorar permanentemente a integridade do Sistema, realizando as respectivas manutenções, tão logo constatadas falhas;
- ▶ Em relação às estruturas de bombeamento – Casas de Bombas – realizar a sua operação em regime contínuo, devendo ser registrados em livro específico quaisquer defeitos, sendo os mesmos reparados imediatamente;
- ▶ Reavaliar periodicamente as necessidades de maior potência das Casas-de-Bombas, suas condições operacionais, especialmente dos grupos gerador-bomba e geradores próprios, onde houver, e encaminhar imediatamente a contratação das reformas, ampliações e aperfeiçoamentos necessários;
- ▶ Em relação às comportas externas, realizar, no mínimo, em quaisquer condições de tempo, uma revisão anual e realizar imediatamente os consertos e substituições necessárias;
- ▶ Em relação aos Condutos Forçados, estes também devem ser revisados anualmente ter sua integridade restabelecida, se necessário.

Corredor humanitário no Centro será mantido e ganhará alça de acesso

/ INFRAESTRUTURA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Após meses de indefinição, a prefeitura de Porto Alegre decidiu manter a estrutura do corredor humanitário do Largo Vespasiano Júlio Veppo, na área central da cidade. Para reduzir o impacto que o caminho tem causado no trânsito da região, será construída uma alça de acesso na avenida Farrapos, para acesso ao Viaduto da Conceição, no sentido Centro-Bairro. A previsão é de que as obras inicie já neste sábado.

“Com a nova rampa, carros e ônibus passarão por baixo do viaduto no sentido Bairro-Centro e subirão no sentido Centro-Bairro. Os ônibus irão circular pela faixa da esquerda e a faixa da direita será destinada aos veículos menores. Vamos manter a estrutura para garantir acesso à Capital em momento de emergência e melhorar a mobilidade”, afirmou o prefeito Sebastião Melo em suas redes sociais

O trecho, que conecta a avenida Castelo Branco ao Túnel da

Conceição, foi o primeiro construído emergencialmente para suprir a chegada de caminhões, veículos de socorro e donativos para os afetados pela enchente histórica do Guaíba. Em sua estrutura, de aproximadamente 300 metros, há três camadas de sedimentos: a primeira com pedras, para sustentação; a segunda mais fina, com brita; e a terceira de asfalto, que possibilita o tráfego de veículos.

Além disso, para que os automóveis mais altos também pudessem utilizá-lo, a passarela de pedestres que atravessava a avenida Conceição e permitia um acesso mais fácil à Rodoviária da Capital precisou ser demolida. Na época, a prefeitura planejava reconstruí-la no mesmo lugar.

Duas semanas atrás, ao noticiar a possibilidade de manutenção do corredor, o Jornal do Comércio contatou o professor da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Rafael Roco de Araújo. Na sua visão, “manter a estrutura coloca mais obstáculos e tranca mais rotas, piorando as poucas facilidades do trânsito da cidade”.



Alça permitirá acesso ao Túnel da Conceição através da avenida Farrapos

Governo Lula repassa R\$ 143 milhões a hospitais filantrópicos gaúchos

/ SAÚDE

Fabrine Bartz
fabrinebartz@jcrs.com.br

O governo federal, por meio do Ministério da Saúde, fará o repasse de R\$ 143,7 milhões para os hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul - que inclui a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Os recursos serão distribuídos entre 207 municípios, em parcela única. O anúncio foi feito nesta quinta-feira, durante reunião entre a ministra da Saúde, Nísia Trindade, e o ministro de Apoio e Reconstrução do

Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta. De forma remota, Nísia ressaltou os recursos e ações destinados aos hospitais de campanha. “O episódio das enchentes tem consequências em diversas áreas e os hospitais precisam de um apoio adicional”, reforçou Pimenta.

O repasse também será destinado aos hospitais que não foram afetados diretamente pelas cheias, como é o caso dos municípios de Gravataí e Camaquã. Estão inclusos na lista os municípios de Pelotas, Passo Fundo, Frederico Westphalen, Igrejinha, Faxinal do Saturno, Ijuí e Lajeado, no Vale do Taquari.